

Envelhecimento em movimento: perspectivas críticas sobre mobilidade urbana e acessibilidade na América Latina

Ageing in motion: critical perspectives on urban
mobility and accessibility in Latin America

Introdução

O envelhecimento da população está remodelando as sociedades contemporâneas de maneiras profundas e desiguais. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), até 2050, uma em cada seis pessoas no mundo terá mais de 65 anos. O ritmo dessa transição é particularmente acentuado no Sul Global, onde a mudança demográfica se desenrola em um contexto marcado por desigualdade urbana persistente, mercados de trabalho informais, condições precárias de moradia e infraestrutura inadequada (NU. Cepal, 2022; UN Desa, 2019). Transporte, mobilidade e acessibilidade destacam-se como áreas críticas em que os desafios do envelhecimento se cruzam com as condições materiais dos territórios urbanos e suas agendas políticas. Nesse contexto, os governos locais enfrentam a tarefa urgente de (re)formular políticas públicas destinadas a melhorar a qualidade de vida e garantir o direito à cidade para as pessoas idosas.

A capacidade de se deslocar pelo espaço urbano, de acessar serviços de saúde, de se envolver em atividades sociais e econômicas e de participar da vida coletiva constitui uma condição fundamental para a autonomia, a dignidade e a inclusão social (De São José e Timonen, 2025; Feng, Jones e Phillips, 2019; Freitas, Queiroz e Sousa 2010a; Gallistl et al., 2024). O campo de pesquisas sobre a interseção entre mobilidade e envelhecimento expandiu-se significativamente nas últimas décadas, impulsionado pela crescente visibilidade das pessoas idosas nas políticas públicas e na esfera pública (Aguar e Macário, 2017; McGarry, 2018; Rosenbloom, 2004). Enquanto um número significativo de estudos analisa as práticas de mobilidade das pessoas idosas a partir de uma perspectiva quantitativa, com forte ênfase na avaliação da acessibilidade aos serviços urbanos, outros desafiam explicitamente visões homogeneizantes e determinísticas sobre o papel da mobilidade no processo de envelhecimento (Akhavan e Vecchio, 2018; Curl e Musselwhite, 2018; Noh, Kim e Yoon, 2018). Muitos estudos instam os governos a desenvolver e implementar políticas que permitam às pessoas idosas participar de forma eficaz e significativa em diversas atividades urbanas (Azevedo et al., 2021; Gorman, Jones e Turner, 2019; Ryan, Wretstrand e Schmidt, 2015). Paralelamente, a arena política também avançou nessa tarefa, principalmente por meio da iniciativa Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas (CCAPI) da Organização Mundial da Saúde (OMS), lançada oficialmente em 2006, após décadas de construção social do envelhecimento como um problema público.



Embora os avanços tanto na pesquisa acadêmica quanto nas políticas sejam inegáveis, grande parte deles tem se concentrado no Norte Global. A maior parte da pesquisa acadêmica concentra-se em regiões geográficas caracterizadas por altas taxas de motorização, espaços urbanos suburbanizados e ampla integração de pessoas idosas em sistemas de aposentadoria e previdência social, como o Norte Global. Comparativamente, poucos estudos abordam como o contexto territorial, os marcos políticos e as práticas sociais moldam as experiências de mobilidade das pessoas idosas no Sul Global (Villamizar Duarte et al., 2025a; Villena-Sanchez e Boschmann, 2022). Da mesma forma, a taxa de adoção do quadro CCAPÍ está distribuída de forma desigual, com a América Latina registrando taxas de adoção extremamente baixas (Guillemot e Warner, 2023), levantando questões sobre a transferibilidade de modelos concebidos no e para o Norte Global.

Desenvolvimentos recentes na literatura sobre mobilidade urbana e acessibilidade propõem uma mudança de representações abstratas e homogêneas do movimento para uma compreensão da mobilidade e da acessibilidade como uma prática socialmente construída, produzida e dinamicamente reconfigurada (Borello Vargas, Spencer e Jones, 2024; Robert et al., 2024; Villamizar Duarte, Pinto e De Góis, 2024; Villamizar Duarte, 2025b). Essa literatura fornece a lente analítica através da qual enquadraremos a contribuição para esta edição especial, focando na interseção entre envelhecimento e mobilidade urbana não apenas em termos de condições de infraestrutura e oferta de transporte, mas também como práticas situadas, negociações sociais e experiências diferenciadas por meio das quais as pessoas idosas vivenciam e se apropriam dos territórios que habitam.

Esta edição da revista *Cadernos Metrópole* responde a essas lacunas ao reunir doze contribuições originais que examinam as interseções entre os processos de envelhecimento e as situações locais de mobilidade e acessibilidade nas cidades latino-americanas. Os artigos abrangem uma gama diversificada de geografias, escalas e abordagens metodológicas, desde análises de acessibilidade baseadas em censos em estados brasileiros até reflexões filosóficas sobre corpos idosos nas ruas latino-americanas, desde o *geodesign* participativo em cidades patrimoniais até relatos etnográficos sobre o envelhecimento nas favelas. Juntas, elas promovem uma agenda interdisciplinar que coloca as experiências vividas das pessoas idosas no centro dos debates urbanos, desafiando tanto a redução biomédica do envelhecimento ao declínio funcional quanto o estreitamento tecnocrático da mobilidade às métricas de transporte.

Esta introdução contextualiza as contribuições da edição no panorama mais amplo dos estudos sobre envelhecimento, mobilidade e acessibilidade urbana. Primeiramente, revisamos como a pesquisa tem abordado a relação entre práticas de mobilidade e o processo de envelhecimento. Em seguida, apresentamos as doze principais contribuições desta edição, identificando como elas avançam o debate acadêmico em três linhas temáticas: barreiras estruturais e sociais ao envelhecimento ativo; território, proximidade e as condições do envelhecimento autônomo; e contribuições conceituais e metodológicas emergentes. Em terceiro lugar, apresentamos os artigos complementares que acompanham o dossiê. Concluímos articulando como esta edição promove as agendas de pesquisa e políticas sobre mobilidade urbana e envelhecimento, desde o enquadramento conceitual dos editores até as contribuições recebidas.

Envelhecimento, mobilidade e acessibilidade: definindo o debate

A pesquisa tradicional sobre envelhecimento e mobilidade frequentemente adota uma perspectiva biomédica, concentrando-se na deterioração progressiva das habilidades físicas e cognitivas e nas experiências corporais associadas a doenças crônicas, deficiências e incapacidades. A partir dessa perspectiva, o envelhecimento é acompanhado por uma perda contínua de autonomia que determina o desenvolvimento das atividades diárias (Barreto, 2012; Elias, 2010; Freitas, Queiroz e Sousa, 2010; Gomes et al., 2009; Hogan et al., 2009). Em contrapartida, pesquisas recentes reconhecem que o envelhecimento não é um processo homogêneo de deterioração, doença ou senilidade (Cataldi, 2018) e que as pessoas idosas são agentes ativos com necessidades e desejos diversos que vão além dos cuidados básicos de saúde (Carrera, 2025).

A dinâmica do movimento varia significativamente ao longo da terceira idade. Necessidades distintas entre os “jovens idosos” (65-75 anos) e os “idosos” (75+) revelam que diversos padrões de mobilidade evoluem com base em contextos de saúde e sociais (Alsnih e Hensher, 2003; Böcker, van Amen e Helbich, 2017; Noh, Kim e Yoon, 2018; Ryan, Wretstrand e Schmidt, 2015). Enquanto alguns pesquisadores associam a idade avançada a um menor número de viagens e distâncias mais curtas (Curl e Musselwhite, 2018; Metz, 2012), outros destacam uma gama diversificada de deslocamentos não obrigatórios para lazer, compras e atividades religiosas (Böcker, van Amen e Helbich, 2017; Matos et al., 2024; Vecchio et al., 2023; Villena-Sanchez, Boschmann e Avila-Forcada, 2022). Fatores socioeconômicos fragmentam ainda mais essas experiências: pessoas idosas de baixa renda dependem mais da caminhada e do transporte público (Böcker, van Amen e Helbich, 2017; Hess, 2009; Villena-Sanchez, Boschmann e Avila-Forcada, 2022), enquanto aqueles com renda mais alta dirigem com mais frequência (Minton e Clark, 2018). O gênero também desempenha um papel decisivo em múltiplos contextos, com mulheres idosas tendendo a caminhar e usar o transporte público com mais frequência do que seus colegas do sexo masculino (Dickerson et al., 2019; Fong e Atiyya Shaw, 2024; Szeto et al., 2017). Em termos de segurança, pesquisas identificaram que as pessoas idosas se expõem a um maior risco de sinistros de trânsito, seja como motoristas, pedestres ou ciclistas (Blanco et al., 2014; Noh, Kim e Yoon, 2018; Porter e Tewodrose Gorman, 2018; Zandieh et al., 2016). Além disso, para além do perigo físico, as barreiras psicológicas também constituem um obstáculo fundamental para este grupo, uma vez que o sentimento de vulnerabilidade leva as pessoas idosas a minimizar e evitar deslocar-se ou a circular pelas cidades com ansiedade (Che Had et al., 2023; Rantakokko et al., 2015; Zandieh et al., 2016).

Conforme demonstrado por diversos estudos, a qualidade da infraestrutura, calçadas, rampas, iluminação, semáforos e pontos de ônibus é indispensável para garantir o acesso das pessoas idosas ao transporte público e para incentivar a locomoção a pé ou de bicicleta (Musselwhite e Attard, 2021; Ravensbergen et al., 2021), especialmente para aquelas com deficiência (Miszkurka et al., 2012; Tavares et al., 2016). No entanto, além da infraestrutura, a mobilidade das pessoas idosas também é afetada por políticas relacionadas a assentos reservados, ônibus acessíveis, o comportamento dos operadores de transporte e à disponibilidade de instalações nas estações (Musselwhite e Attard, 2021; Ryan, Wretstrand e Schmidt, 2015). Em locais onde há transporte gratuito ou tarifas reduzidas, o número de viagens realizadas por pessoas idosas é maior (Aguiar e Macário, 2017; Metz, 2017). Estudos latino-americanos sobre a acessibilidade das pessoas idosas têm identificado cada vez mais a idade como

uma condição que contribui para o acesso desigual a bens, serviços e transporte urbanos (Barbosa, 2014; Ryan e Pereira, 2021). Alguns estudos examinam especificamente a acessibilidade universal e a segurança para pessoas idosas (Barreto, 2012; Blanco et al., 2014; Cataldi, 2018), enquanto outros, focados na percepção da qualidade do transporte público, revelam que a frequência é particularmente central para os usuários idosos e que longos tempos de espera e infraestrutura precária desestimulam totalmente o uso (Brasil, 2012; Tiznado-Aitken et al., 2020). Essa literatura demonstra que, apesar da crescente participação das pessoas idosas na vida urbana, a heterogeneidade de suas práticas de mobilidade e demandas de acessibilidade continua sendo amplamente ignorada nas políticas públicas.

Uma agenda política global sobre o envelhecimento urbano vem tomando forma desde a década de 1980, desde o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento da ONU de 1982, passando pelo Plano de Ação Internacional de Madri de 2002 e pelo Marco de Políticas para o Envelhecimento Ativo da OMS. O lançamento, em 2006, da iniciativa Cidades e Comunidades Amigas das pessoas idosas (CCAPI) marcou um marco estrutural, reconhecendo a importância de garantir não apenas direitos sociais, mas também direitos e es à acessibilidade e à mobilidade. Nesse contexto, o envelhecimento ativo, baseado na autonomia, independência, mobilidade e inclusão social, constitui o foco analítico e político central (Agost-Felip et al., 2021; Rémillard-Boilard, Buffel e Phillipson, 2020; WHO, s.d.). No entanto, persiste uma disparidade crítica entre as premissas do Norte Global e as realidades do Sul Global. Guillemot e Warner (2023) documentam uma adoção extremamente baixa da estrutura CCAPI da OMS na América Latina, atribuindo isso ao rápido envelhecimento demográfico, aos sistemas de bem-estar social subdesenvolvidos e à emigração de jovens adultos. Eles argumentam que as cidades latino-americanas devem primeiro garantir serviços fundamentais antes de abordar metas de nível superior relacionadas à amizade com a terceira idade, desafiando uma estrutura que pressupõe proteções sociais básicas.

Embora em número mais limitado, os estudos latino-americanos sobre envelhecimento e mobilidade urbana oferecem perspectivas vitais sobre como a idade se cruza com outros marcadores sociais ou com a desigualdade em contextos urbanos. Em estudos com foco na população de baixa renda, no impacto da pobreza e na distribuição de equipamentos públicos (Barbosa, 2014; Barreto, 2012; Cataldi, 2018; Guillemot e Warner, 2023; Viana Cerqueira et al., 2025). A idade é identificada como uma condição que contribui para o acesso desigual a bens, serviços e transporte urbanos (Ardila-Pinto et al., 2025; Barreto, 2012). Estudos focados na percepção da qualidade do transporte público mostram que frequência e confiabilidade não são apenas conveniências, mas requisitos essenciais para a autonomia; longos tempos de espera e infraestrutura precária muitas vezes desestimulam totalmente a mobilidade (Brasil, 2012; Gatica, Zavala Rubilar e Arias Diaz, 2022; Montoro-Gurich e Moreno-Tapia, 2021; Soto Villagrán et al., 2017). Estudos chilenos recentes, por exemplo, destacam os efeitos da disponibilidade espacial e das oportunidades de acessibilidade financeira para o uso do transporte público (Akhavan e Vecchio, 2018), a caminhada de pessoas idosas e a acessibilidade a mercados (Vecchio et al., 2023), além disso, analisam o envelhecimento como um descritor de marginalidade nas políticas urbanas (Vecchio, 2022). O gênero é considerado uma dimensão importante nas diferenças nas práticas de mobilidade, no acesso desigual ao transporte e aos serviços urbanos e, mais recentemente, na formação de padrões mais amplos de desigualdade espacial (Casas, Lara e Espinosa, 2019; Cataldi, 2018; Cerqueira et al., 2025).

Estudos que se concentram na acessibilidade das pessoas idosas nas cidades latino-americanas analisam diversas questões, desde a oferta de transporte e a densidade urbana até o uso do solo e a distribuição de serviços de saúde e comerciais. Cidades mais densas e com uso misto facilitam deslocamentos mais curtos e incentivam o uso do transporte público entre as pessoas idosas (Barbosa, 2014; Ryan e Pereira, 2021; Villena-Sanchez, Boschmann e Avila-Forcada, 2022), enquanto cidades altamente suburbanizadas, no Norte Global, estão associadas a mais viagens de carro (Albert et al., 2018; Böcker, van Amen e Helbich, 2017; Dickerson et al., 2019). Vários estudos frequentemente descrevem os sistemas de transporte como inseguros, representando altos riscos à integridade física de pessoas idosas, particularmente aquelas com deficiências (Fuentes-García et al., 2013; Tavares et al., 2016). Nas cidades do Sul Global, os autores identificaram que esses desafios são intensificados pela baixa oferta e alta informalidade dos serviços de transporte, estradas de baixa qualidade e o uso de veículos de alto risco (Brasil, 2012; Cataldi, 2018; Fernández-Ortiz e Mora- Villalobos, 2022; Gatica et al., 2022).

Embora os desafios futuros continuem sendo substanciais, as contribuições para esta edição de *Cadernos Metrópole* abordam essas lacunas ao desenvolver abordagens fundamentadas nas condições históricas, sociais e territoriais específicas das cidades latino-americanas. Juntas, elas nos lembram da necessidade urgente de continuar a pesquisa sobre a interseção entre o processo de envelhecimento e a mobilidade urbana, não apenas em termos de oferta de transporte, mas como um conjunto de práticas situadas e diferencialmente moldadas por dimensões espaciais, sociais e políticas. Essas dimensões incluem políticas públicas e infraestrutura como instrumentos não neutros, segurança e transporte inclusivo como condições essenciais para a autonomia; e relações sociais que funcionam como as redes por meio das quais as pessoas idosas navegam em contextos urbanos estruturalmente desiguais. Além disso, esses trabalhos demonstram que a idade raramente estrutura essas práticas por si só; seus efeitos são sistematicamente intensificados por gênero, raça, classe e localização territorial, tornando a interseccionalidade não uma dimensão suplementar, mas uma condição constitutiva de como as pessoas idosas se movimentam, acessam e são excluídas da vida urbana.

As contribuições para o dossiê

Os doze artigos que constituem o dossiê principal desta edição abordam coletivamente o nexos entre envelhecimento e mobilidade urbana a partir de uma perspectiva distintamente latino-americana. A cobertura geográfica abrange onze cidades brasileiras em sete estados, de São Paulo e Rio de Janeiro a Campina Grande e Ouro Preto, bem como Santiago do Chile, com alguns artigos adotando uma perspectiva regional mais ampla sobre a América Latina. Os métodos empregados são igualmente diversos, variando de análises quantitativas baseadas em censos e modelagem espacial em SIG a entrevistas qualitativas, *geodesign* participativo e reflexão filosófica crítica. Organizamos as contribuições em torno de três linhas analíticas que, juntas, tecem o argumento do dossiê: barreiras estruturais e sociais ao envelhecimento ativo; território, proximidade e as condições do envelhecimento autônomo; e contribuições conceituais e metodológicas emergentes.

Barreiras estruturais e sociais ao envelhecimento ativo

Uma primeira linha de investigação inclui três artigos que compartilham uma postura crítica em relação às condições que promovem a mobilidade ativa discursivamente, ao mesmo tempo em que reproduzem desigualdades na prática. Fernando Ariel Manzano (*Economía plateada y actividad física en la vejez: deporte como mercado emergente*) mostra que o mercado reproduz a desigualdade; Alda Abrahão Faiad de Moura, Eduarda Rezende Freitas e Ingrid Luiza Neto (*Percepção de pessoas idosas sobre episódios de discriminação no transporte público coletivo*) mostram que o ônibus reproduz o preconceito contra a idade; Allan Leon Casemiro Silva, Sandra Medina Benini e Jeane Aparecida Rombi de Godoy (*Cidades e envelhecimento: proposições para uma cidade inteligente sensível à idade*) mostram que a cidade inteligente reproduz a exclusão digital. Lidos em conjunto, esses três artigos produzem um argumento cumulativo: os próprios instrumentos destinados a possibilitar o envelhecimento ativo (mercados, transporte, tecnologia) podem funcionar como mecanismos de exclusão. Eles também conectam sutilmente as dimensões física, social e digital da exclusão, o que confere alcance analítico a esta vertente além das diferentes abordagens metodológicas.

Manzano abre esta linha de investigação com um questionamento crítico do quadro da economia prateada, aplicando-o à atividade física na terceira idade. Sua revisão teórica do contexto latino-americano demonstra que a expansão dos mercados do esporte e da atividade física não se traduz em redução da desigualdade. Ao mercantilizar o envelhecimento ativo, a economia prateada transforma a atividade física em um bem de luxo, reforçando as disparidades territoriais e culturais existentes em vez de resolvê-las. No centro de sua análise, está uma crítica ao viés normativo incorporado nos marcos de responsabilidade individual, que enquadram o envelhecimento saudável como uma escolha pessoal, em vez de um direito social. Essa contribuição defende que o envelhecimento ativo não pode ser deixado apenas aos mecanismos de mercado; ele exige uma intervenção estatal robusta e a redistribuição da infraestrutura para garantir acesso equitativo em paisagens urbanas estruturalmente desiguais e na heterogeneidade das populações idosas.

Silva, Benini e Godoy estendem essa crítica à cidade inteligente e à sua interação com o modelo de cidades adaptadas às pessoas idosas em São Paulo. Com base em revisão da literatura, análise documental e dados secundários, incluindo o Censo de 2022 e pesquisas municipais, os autores argumentam que a mudança demográfica nas cidades exige uma transformação fundamental na governança que nenhum dos dois modelos consegue alcançar isoladamente. O artigo apresenta um quadro de cinco dimensões: infraestrutura inadequada; exclusão digital; desigualdade territorial; sub-representação de dados e transporte insuficiente, como o ponto crítico no espaço onde a cidade inteligente e a cidade amiga das pessoas idosas se encontram e divergem. Por meio dessa lente, os autores lançam um alerta vital contra o solucionismo tecnológico: o risco de que inovações “inteligentes” apenas reforcem as desigualdades existentes ao priorizar aqueles com alfabetização digital e recursos financeiros. Em última análise, os autores nos lembram que uma cidade inteligente sensível à idade requer um novo horizonte ético que substitua o determinismo tecnológico pela justiça social, posicionando a participação ativa das pessoas idosas como uma condição inegociável.

Moura, Freitas e Neto complementam essa linha de investigação ao fornecer evidências empíricas a partir da experiência vivida por pessoas idosas. Seu estudo, baseado em entrevistas com 109 participantes, revela que mais de 10% dos entrevistados relatam discriminação sistêmica, com a frequência desses episódios intimamente ligada a gênero, idade e escolaridade. Ao identificar múltiplas formas de comportamentos discriminatórios contra pessoas idosas em ônibus, os autores demonstram que as barreiras à mobilidade não são meramente físicas, mas profundamente sociais. Isso reforça as críticas estruturais apresentadas por Manzano e por Silva, Benini e Godoy, mostrando que um encontro discriminatório contra pessoas idosas não é uma falha pessoal de cortesia, mas uma instituição social que restringe tanto o acesso aos serviços urbanos quanto a participação ativa. Em última análise, o artigo argumenta que as políticas devem ir além da gratuidade de tarifas e assentos reservados, rumo a protocolos inclusivos para um transporte sensível à idade, reconhecendo que a acessibilidade é diferencial: ela é moldada não apenas por onde você está indo, mas também por quem você é.

Território, proximidade e as condições do envelhecimento autônomo

Uma segunda linha de investigação aborda as dimensões espaciais da vida urbana, concentrando-se na relação crítica entre onde as pessoas idosas envelhecem e o que elas podem acessar. Os três artigos aqui incluídos medem essa relação em diferentes escalas: Miriam Panet e David Melo (*Viver a cidade: inserção de instituições para pessoas idosas em Campina Grande*) medem a integração institucional; Lucas Eduardo Dornelles e Laís Veríssimo do Nascimento (*Envelhecimento e acessibilidade: análise estratificada do censo no Rio Grande do Sul*) medem as lacunas de infraestrutura entre municípios; Carlos Adrian Vargas Alfaro e Giovanni Vecchio (*Movilidad, autonomía y espacio público: percepciones de personas mayores en Peñalolén, Chile*) medem a acessibilidade no nível do bairro. Coletivamente, eles demonstram que a proximidade aos serviços e a qualidade da infraestrutura não são simplesmente questões logísticas, mas determinantes estruturais da autonomia. Cada artigo demonstra que a proximidade é mais do que uma métrica objetiva; é uma experiência situada com implicações diferenciadas para o envelhecimento ativo, moldada pela interação entre as condições territoriais e as experiências vividas.

Panet e Melo examinam a integração espacial de instituições de longa permanência para pessoas idosas no tecido urbano de Campina Grande, na Paraíba. Os autores avaliam a proximidade dessas instalações ao transporte público, aos serviços essenciais e espaços públicos, revelando que a maioria das instituições permanece apenas parcialmente integrada. Eles demonstram que muitos usos urbanos vitais estão localizados além de distâncias aceitáveis e são acessíveis por meio de rotas inadequadas, muitas vezes perigosas. O artigo argumenta que a autonomia das pessoas idosas institucionalizadas é limitada não apenas por um e seu ambiente imediato, mas, de forma mais decisiva, pelo acesso restrito à vida urbana. Esta contribuição enquadra a localização das instituições de cuidados como uma decisão estratégica de planejamento urbano, desafiando a representação persistente da velhice como uma fase de (i)mobilidade e solidão, uma narrativa que reforça o isolamento real. Em última análise, os autores instam os formuladores de políticas a reconhecer a conectividade do transporte como uma condição de fato da autonomia que limita ou sustenta o acesso e as redes sociais essenciais para o envelhecimento ativo.

Dornelles e Nascimento ampliam essa análise para o nível estadual, apresentando uma avaliação da infraestrutura de acessibilidade nos municípios do Rio Grande do Sul com base em dados dos Censos de 2010 e 2022. A comparação que fazem entre as áreas mais densamente povoadas e as mais envelhecidas do estado revela uma lacuna territorial crítica: os municípios com as maiores proporções de residentes idosos são precisamente aqueles onde as deficiências em calçadas, rampas e iluminação são mais pronunciadas. Aqui, os dados dos censos emergem como um instrumento de análise de políticas capaz de expor as desigualdades estruturais no ambiente construído que permanecem invisíveis aos indicadores agregados de planejamento. O artigo argumenta que as políticas de acessibilidade urbana devem ser diferenciadas de acordo com as características demográficas e espaciais específicas de cada município. Em última análise, esta contribuição oferece implicações diretas sobre como a acessibilidade pode ser operacionalizada na prática, indo além de uma dimensão puramente funcionalista para abordar as realidades territoriais do envelhecimento.

Vargas Alfaro e Vecchio trazem uma perspectiva chilena e uma escala de bairro para esta investigação, analisando as percepções das pessoas idosas sobre o espaço público em Peñalolén, Santiago. Ao combinar entrevistas, observações e avaliações de especialistas, os autores demonstram que a deterioração da infraestrutura, especificamente as condições das calçadas, atua como uma barreira decisiva à autonomia. O estudo revela que as pessoas idosas percebem o ambiente construído de maneira diferente dos residentes mais jovens, sugerindo que as avaliações padrão de qualidade urbana podem interpretar erroneamente, de forma sistemática, o que mais importa para os usuários idosos. Nesta análise, a dependência de terceiros surge como um medo central para as pessoas idosas que permanecem socialmente engajadas, enquanto a proximidade é enquadrada como a principal estratégia para manter essa dependência sob controle. Em última análise, este trabalho mostra como as percepções condicionam o uso autônomo do espaço de maneiras que as avaliações objetivas não conseguem captar, especialmente quando o envelhecimento é entendido como um processo ativo que depende da manutenção da autonomia por meio de movimentos acessíveis.

Contribuições conceituais e metodológicas emergentes

A terceira linha de investigação constitui uma vertente claramente inovadora do tema. Os seis artigos aqui apresentados introduzem dimensões do envelhecimento e da mobilidade menos exploradas na literatura existente, incluindo interseções com riscos climáticos, mobilidade simbólica, mobilidade como resistência nas favelas, imaginários utópicos, filosofia política da presença e vínculos corporais e afetivos com o lugar. Dentro dessa vertente, distinguimos dois subgrupos: artigos que ampliam o escopo conceitual do nexo envelhecimento-mobilidade e artigos que introduzem novos marcos analíticos e metodológicos por meio dos quais essas interseções podem ser estudadas.

Esses artigos apresentam dimensões do nexo envelhecimento-mobilidade que a literatura existente ainda não abordou plenamente: a interseção da mobilidade de pedestres com a vulnerabilidade ambiental, o caráter simbólico e impulsionalizado pela memória do movimento em contextos patrimoniais e a interseção entre desvantagem estrutural, resistência territorial e envelhecimento cotidiano nas favelas.

André Eiji Sato, Solimar Isaac e Roberta Kronka (*Mobilidade a pé: idosos e a vulnerabilidade a alagamentos*) integram a análise de mobilidade com a avaliação de riscos climáticos, sobrepondo dados de transporte de 2023 a um Índice de Suscetibilidade a Inundações para a Região Metropolitana de São Paulo. Ao identificar onde as rotas de pessoas idosas pedestres se sobrepõem a áreas propensas a inundações, os autores ilustram uma convergência crítica entre mobilidade e riscos ambientais. O argumento deles é duplo: as crises climáticas intensificam as desigualdades existentes e geram uma dinâmica particularmente negativa em geografias que enfrentam problemas estruturais históricos; e para as pessoas idosas, o risco climático representa uma vulnerabilidade agravada que ainda não foi totalmente examinada na literatura. Para abordar isso, eles propõem expandir o conceito de acessibilidade para incorporar segurança social, segurança ambiental e conforto. Ao aplicar princípios ergonômicos ao projeto urbano, o estudo fornece uma ferramenta de planejamento replicável para simular pressões climáticas e urbanísticas. Em última análise, essa interseção espacial constitui um instrumento analítico crítico com aplicação direta em políticas na escala local.

Ana Luíza Rodrigues da Silva Santos, Daniela Antunes Lessa e Bárbara Abreu Matos (*Mobilidade simbólica de pessoas idosas em cidades patrimonializadas: cocriar para o pertencer*) introduzem o conceito de mobilidade simbólica para captar como a caminhada é permeada por significados, memórias e apegos afetivos ao lugar. Por meio do *geodesign* participativo em Ouro Preto, Patrimônio Mundial em Minas Gerais, os autores examinam características espaciais valorizadas de locais históricos, como calçadas de pedras da era colonial e declives íngremes, que apresentam desafios de acessibilidade para pessoas residentes idosas cujas práticas de mobilidade vão além do simples alcance do destino, pois abrangem conexões emocionais e motivadas pela memória com o lugar. O estudo demonstra como o conhecimento técnico pode ser aliado ao conhecimento da comunidade, propondo um índice de caminhabilidade para centros históricos onde, por exemplo, a presença de iluminação transmite cuidado e reconhecimento além da provisão funcional. Em última análise, o artigo alerta que a urgência pela adaptação pode ocultar uma resiliência silenciosa enraizada na indiferença histórica da política urbana. Assim, o planejamento deve reconhecer as áreas urbanas históricas como campos de lutas simbólicas onde, para as pessoas idosas, o direito de caminhar é o direito de permanecer.

Fernando Henrique Ferreira de Oliveira e César Augusto Marques da Silva (*Entre becos e escadarias: mobilidade, território e envelhecimento em favelas brasileiras*) examinam o envelhecimento nas favelas a partir de uma perspectiva interseccional, analisando como as desigualdades estruturais e a infraestrutura precária moldam as práticas de mobilidade das pessoas residentes idosas do Rio de Janeiro. Com base em dados do Censo de 2022 e em pesquisa qualitativa, os autores exploram como gênero, raça e classe afetam a autonomia em três escalas: a micro (as mobilidades alternativas do corpo envelhecido), a meso (a favela como arena de conflito entre o abandono do Estado e a solidariedade comunitária) e a macroescala (o envelhecimento da população como fenômeno global com diversas expressões locais). Para as pessoas idosas, transitar por terrenos íngremes, becos estreitos e a ausência de rampas exige não apenas esforço físico, mas também a mobilização de capital social, como vizinhos que as acompanhem, familiares que as transportem e conhecimento local baseado na memória. Em última análise, os autores argumentam que o envelhecimento na favela constitui um ato visível de resistência cotidiana, em que memórias coletivas e laços comunitários representam uma dimensão substantiva da relação entre envelhecimento e mobilidade que nem os marcos biomédicos nem os baseados em transporte conseguem captar.

Os três últimos artigos propõem estruturas inovadoras de como podemos estudar e teorizar o nexo entre envelhecimento e mobilidade. Ao envolver-se com metodologias incorporadas, imaginários utópicos e distópicos e o urbanismo da presença, essas contribuições oferecem ferramentas analíticas para investigar as camadas subjetivas, políticas e emocionais da vida urbana das pessoas idosas.

Isabela de Oliveira Bastos, Patricia Rodrigues Samora e Alejandro Pérez-Duarte Fernández (*Deslocamentos cotidianos de pessoas idosas: evidências coletadas por entrevista caminhada*) ampliam essa linha de investigação metodologicamente, utilizando entrevistas realizadas a pé para preencher a lacuna entre a acessibilidade medida e a percebida. Ao acompanhar pessoas idosas em seus percursos cotidianos, residentes em Campinas, São Paulo, os autores capturam as interações sutis entre capacidade física e laços afetivos. Detalhes que outros tipos de análises sistematicamente deixam de perceber, como o desvio específico forçado por um pavimento irregular ou a âncora social de uma loja familiar, emergem aqui. O estudo demonstra que o “envelhecimento no local” depende de uma proximidade que não é meramente espacial, mas profundamente relacional e afetiva. Essas dimensões incorporadas tornam-se visíveis por meio de uma combinação de rastreamento por GPS, fotografia e narrativa, oferecendo uma profundidade que o mapeamento padrão não pode proporcionar. Em última análise, suas descobertas reforçam o caráter diferencial da acessibilidade, exigindo um planejamento urbano que leve em conta as realidades situadas e vividas da cidade que envelhece.

Débora Wilza de Oliveira Guedes (*Utopias e distopias: a cidade que temos e que queremos para envelhecer*) mobiliza a utopia e a distopia como marcos analíticos para examinar as percepções das pessoas idosas sobre a cidade que habitam e a cidade que almejam. Com base em entrevistas com quinze pessoas residentes em São José dos Campos, o artigo revela como as realidades urbanas atuais apresentam desafios distópicos, tais como infraestrutura inadequada, segregação espacial e insegurança, enquanto as pessoas entrevistadas vislumbram possibilidades para cidades mais equitativas e habitáveis, centradas no bem-estar coletivo e na dignidade. O uso do enquadramento utópico/distópico permite documentar não apenas a experiência vivida, mas também a aspiração política das pessoas idosas. Em última análise, o autor mostra que elas carregam memórias que moldam a forma como percebem não apenas a cidade presente, mas também a futura, e que as visões de qualidade espacial e pertencimento são inseparáveis da busca pela dignidade. Isso contribui para enquadrar a imaginação das pessoas idosas como um recurso vital que o planejamento urbano raramente mobiliza.

Daniel Pala Abeche (*Velhice em ruas que não esperam: mobilidade e existência na América Latina*) encerra o dossiê ampliando a crítica para o terreno filosófico, recorrendo à filosofia política de Hannah Arendt para propor que a mobilidade não é meramente um movimento físico, mas a condição política da presença no espaço público. Refletindo sobre o desenho das cidades latino-americanas, o autor argumenta que a exclusão das pessoas idosas é um subproduto de modelos urbanos que privilegiam a velocidade, o consumo e a vigilância, bem como da falta de políticas integradas de acessibilidade. Em conjunto, isso revela a despolitização da velhice, na qual a pessoa é reduzida a um sujeito de assistência, ao invés de um agente urbano ativo. Por meio dos conceitos de urbanismo da presença e de uma poética do envelhecimento, o artigo propõe um marco para pensar a cidade a partir das temporalidades daqueles que se movimentam com cautela. Em última análise, Abeche defende modelos urbanos que adotem uma lógica e uma ética do tempo em que a disputa não seja apenas pelo território, mas pelas formas como a vida é organizada, valorizada e distribuída.

Artigos complementares

Juntamente com o dossiê principal, esta edição inclui sete artigos complementares que, embora não se concentrem especificamente na relação entre envelhecimento e mobilidade, abordam dinâmicas urbanas que também afetam a forma como as populações idosas habitam as cidades. Essas contribuições tratam de questões de planejamento urbano, governança, acessibilidade, sustentabilidade ambiental e controle territorial. Elas ampliam o escopo temático da edição ao abordar dimensões estruturais da vida urbana, desde a governança de cidades inteligentes até a urbanização periférica, mesmo quando não tratam explicitamente das populações idosas.

Dois artigos examinam o paradigma da cidade inteligente e suas implicações para o desenvolvimento urbano inclusivo. Eluane Parizotto Seidler e Roberto Schoproni Bichueti (*Smart city: entre a tendência global e os riscos sociais locais*) revisam a literatura sobre os riscos sociais associados à implementação de cidades inteligentes em países em desenvolvimento, identificando os riscos tecnológicos, organizacionais e sociais que tais iniciativas geram. O artigo argumenta que o desenvolvimento equitativo requer o combate às desigualdades estruturais e a garantia de uma governança participativa, paralelamente à inovação tecnológica, preocupações que ressoam diretamente com os desafios da inclusão digital para idosos discutidos no dossiê principal. Mariana Baldi e Fernando Dias Lopes (*Pacto Alegre: contradições nas propostas de smart city para Porto Alegre*) oferecem uma análise crítica do programa Pacto Alegre de Porto Alegre, revelando contradições entre a retórica inclusiva das propostas de cidades inteligentes e seu alinhamento com as prioridades neoliberais de desenvolvimento urbano. Juntas, essas contribuições oferecem uma perspectiva cautelosa sobre a suposição de que a inovação tecnológica se traduz automaticamente em cidades mais acessíveis e inclusivas.

Clarice Misoczky de Oliveira (*Contraplanos e planejamento radical como meio para o direito à cidade*) aborda questões de planejamento urbano e do direito à cidade, examinando o planejamento radical e os contraplanos como instrumentos para produzir o direito à cidade em contextos urbanos neoliberais. Com base em pesquisa-ação participativa em Porto Alegre, o artigo explora os Planos Regionais de Ação Popular como instâncias de planejamento insurgente que criam espaços de participação inclusiva. Esta contribuição tem implicações diretas para o envolvimento de idosos em processos de planejamento que moldam sua mobilidade cotidiana e acesso aos recursos urbanos. João Augusto Dunck Dalosto e Pedro José Perez-Martinez (*Demanda e acessibilidade do transporte na Região Metropolitana de São Paulo (2017)*), em análises de padrões de macroacessibilidade na Região Metropolitana de São Paulo, mostram diferentes padrões de acessibilidade moldados por modos motorizados individuais e transporte público marcados por desigualdades territoriais de infraestrutura.

Dois artigos enfocam a sustentabilidade ambiental e a governança territorial. Cristiano Garcia Mendes, Mariana Ferreira Torres e Victor de Matos Nascimento (*States fragility and climate vulnerability: is there a relation?*) examinam a relação entre fragilidade do Estado e vulnerabilidade climática, demonstrando uma relação diretamente proporcional entre ambas. Embora não se concentre no envelhecimento, a análise da sensibilidade à vulnerabilidade climática, que inclui índices de dependência etária como um componente, oferece *insights* relevantes sobre como o envelhecimento demográfico se cruza com o risco ambiental. Juliano Rodrigues Gimenez e Janaína Ribeiro Velho (*Pagamento por serviços ambientais em áreas urbanas: framework para implementação*

no Brasil) exploram o Pagamento por Serviços Ecossistêmicos como um mecanismo para a gestão da água urbana no Brasil, propondo um marco que integra a sustentabilidade aos instrumentos modernos de planejamento urbano. Esta contribuição aborda o panorama mais amplo de infraestrutura e prestação de serviços que sustenta a qualidade de vida de todos os residentes urbanos.

Por fim, Priscila Coli (*Milícias e urbanização periférica, uma nova dinâmica de segregação na metrópole carioca*) examina o papel das milícias na transformação socioespacial das periferias do Rio de Janeiro, analisando como os grupos armados se consolidaram como agentes de urbanização, estabelecendo mecanismos que reorganizam o acesso à terra e à moradia. Ao identificar três tipologias de empreendimentos residenciais criados pelas milícias, o artigo esclarece as dinâmicas territoriais que moldam a urbanização periférica nas cidades brasileiras.

Conclusões

Desde o enquadramento conceitual dos editores até as contribuições empíricas e teóricas recebidas, o dossiê, coletivamente, vai além dos paradigmas biomédicos e centrados no Norte Global do nexo envelhecimento-mobilidade. Organizamos as contribuições em torno de três linhas de investigação que se alinham com nossa compreensão da mobilidade urbana e da acessibilidade como práticas socialmente construídas, profundamente mediadas por desigualdades que se cruzam, pela experiência vivida e pela agência das pessoas idosas. Os doze artigos aqui incluídos respondem a esse enquadramento de maneiras que nenhum deles poderia ter alcançado sozinho, deixando espaço para o surgimento de temas transversais.

Em primeiro lugar, a análise das barreiras estruturais e sociais revela que os instrumentos concebidos para possibilitar o envelhecimento ativo frequentemente funcionam como mecanismos de exclusão. Essa exclusão é fundamentalmente interseccional, e seu significado se estende muito além dos três artigos que constituem a primeira linha de investigação. A documentação de Moura, Freitas e Neto sobre o preconceito contra a idade no transporte público, a análise interseccional de Oliveira e Silva sobre gênero, raça e território no envelhecimento nas favelas, a crítica de Manzano ao envelhecimento ativo orientado pelo mercado e a análise de Panet e Melo sobre o isolamento institucional revelam, cada uma, como a idade interage com classe, gênero e localização territorial para produzir experiências profundamente diferenciadas da vida urbana. As pessoas idosas não constituem uma categoria homogênea com necessidades uniformes; políticas que as tratam como tal correm o risco de reproduzir as exclusões que pretendem resolver.

Em segundo lugar, a desigualdade territorial surge como o fator mediador decisivo na configuração das experiências de mobilidade das pessoas idosas em todo o dossiê. Além dos três artigos organizados em torno de acesso e proximidade, o mapeamento de Dornelles e Nascimento sobre o descompasso entre o envelhecimento da população e a oferta de infraestrutura, a sobreposição espacial de Sato, Isaac e Kronka entre mobilidade de pedestres e vulnerabilidade a inundações e a análise multiescalar de Oliveira e Silva sobre as topografias das favelas demonstram, cada um à sua maneira, que o envelhecimento é vivenciado em territórios específicos cujas condições materiais

moldam fundamentalmente o que é possível. Isso demonstrou que o acesso não é uma capacidade uniforme, mas um resultado diferenciado produzido pela interseção das características dos agentes, das condições territoriais e dos arranjos institucionais.

Em terceiro lugar, as contribuições conceituais e metodológicas emergentes do dossiê demonstram que a mobilidade na terceira idade não pode ser explicada por métricas de transporte. Ela abrange deslocamento físico, apego simbólico, visibilidade política, participação social e experiência emocional. O urbanismo da presença de Abeche e a mobilidade simbólica de Santos, Lessa e Matos ampliam o vocabulário conceitual disponível aos pesquisadores, enquanto os imaginários utópicos de Guedes e o relato de Oliveira e Silva sobre a resistência cotidiana nas favelas revelam a mobilidade como um terreno de construção de sentido e de contestação política. Essa compreensão ampliada avança no conceito de mobilidade situacional ao demonstrar que as situações em que as pessoas idosas se movimentam são simultaneamente materiais, relacionais e simbólicas. O pluralismo metodológico permeia o dossiê tanto como prática quanto como argumento: o índice de suscetibilidade a inundações de Sato, Isaac e Kronka, o índice de caminhabilidade para centros históricos de Santos, Lessa e Matos, a metodologia de entrevista a pé de Bastos, Samora e Fernández e o quadro de cinco dimensões para cidades inteligentes sensíveis à idade de Silva, Benini e Godoy contribuem, cada um, com instrumentos replicáveis que ampliam o repertório disponível para pesquisadores e planejadores.

Em todas as três linhas de investigação, as contribuições demonstram coletivamente as limitações dos marcos biomédicos e a insuficiência das abordagens concebidas no e para o Norte Global. O desafio, agora, é desenvolver análises fundamentadas nas condições locais históricas, sociais e territoriais específicas, atendendo não apenas ao ambiente físico, mas à construção social do envelhecimento e às desigualdades estruturais que configuram a vida cotidiana das pessoas idosas. Desde seu enquadramento conceitual até suas contribuições, este dossiê defende coletivamente a colocação do nexo entre envelhecimento e mobilidade no centro dos estudos urbanos e da política urbana, bem como o reconhecimento da mobilidade urbana como inseparável do direito a uma presença autônoma, situada e ativa na cidade.

Natalia Villamizar DUARTE [I]
Ana Marcela ARDILA PINTO [II]
Carlos Fernando Ferreira LOBO [III]
Organizadores

[I] <https://orcid.org/0000-0001-9754-6357>

Newcastle University, School of Architecture, Planning and Landscape, Newcastle upon Tyne, Inglaterra.
natalia.villamizar-duarte@newcastle.ac.uk

[II] <https://orcid.org/0000-0003-2066-0738>

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia. Belo Horizonte, MG/Brasil.
marardila@gmail.com

[III] <https://orcid.org/0000-0002-5368-8879>

Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais. Belo Horizonte, MG/Brasil.
carlosfflobo@gmail.com

Referências

- AGOST-FELIP, R.; RUÁ, M. J.; KOUIDMI, F. (2021). An Inclusive Model for Assessing Age-Friendly Urban Environments in Vulnerable Areas. *Sustainability*, v. 13, n. 15, 8352. DOI: 10.3390/su13158352.
- AGUIAR, B.; MACÁRIO, R. (2017). The need for an Elderly centred mobility policy. *Transportation Research Procedia*, n. 25, pp. 4355-4369. DOI: 10.1016/j.trpro.2017.05.309.
- AKHAVAN, M.; VECCHIO, G. (2018). Mobility and accessibility of the ageing society. Defining profiles of the elderly population and neighbourhood. *Tema. Journal of Land Use, Mobility and Environment*, pp. 9-22. DOI: 10.6092/1970-9870/5757.
- ALBERT, G.; LOTAN, T.; WEISS, P.; SHIFTAN, Y. (2018). The challenge of safe driving among elderly drivers. *Healthcare Technology Letters*, v. 5, n. 1, pp. 45-48. DOI: 10.1049/htl.2017.0002.
- ALSNIH, R.; HENSHER, D. A. (2003). The mobility and accessibility expectations of seniors in an aging population. *Transportation Research Part A: Policy and Practice*, v. 37, n. 10, pp. 903-916. DOI: 10.1016/S0965-8564(03)00073-9.
- ARDILA-PINTO, A. M.; LESSA-ANTUNES, D.; ABREU-MATOS, B.; VASCONCELOS-GONÇALVES, A. P. (2025). Configuración espacial de las prácticas de movimiento de la población mayor de Belo Horizonte/Brasil: un análisis de las centralidades urbanas. *EURE*, v. 51, n. 152, pp. 1-24. DOI: 10.7764/EURE.51.152.09.
- AZEVEDO, G. A.; SAMPAIO, R. R.; FILHO, A. S. N.; MORET, M. A.; MURARI, T. B. (2021). Sustainable urban mobility analysis for elderly and disabled people in São Paulo. *Scientific Reports*, v. 11, n. 1, p. 791. DOI: 10.1038/s41598-020-80906-w.
- BARBOSA, R. R. (2014). *Análise da dependência espacial da mobilidade urbana do idoso: aplicação aos dados da pesquisa domiciliar de 2007 da região metropolitana de São Paulo*. Disponível em: <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:147136011>.
- BARRETO, K. M. L. (2012). *Envelhecimento, mobilidade urbana e saúde: um estudo da população idosa*. Tese de doutorado. Recife, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/10461>.

- BLANCO, P. H. M.; CASTILHO, M. M.; BLANCO, T. H. M.; CORTEZ, L. E. R. (2014). Mobilidade urbana no contexto do idoso. *Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, v. 19, n. 1. DOI: <https://doi.org/Doi:10.17765>.
- BÖCKER, L.; VAN AMEN, P.; HELBICH, M. (2017). Elderly travel frequencies and transport mode choices in Greater Rotterdam, the Netherlands. *Transportation*, v. 44, pp. 831-852.
- BORELLO VARGAS, J. C.; SPENCER, B.; JONES, T. (2024). Understanding accessibility as lived experience: The case of walking and cycling in Porto Alegre, Brazil. *Area Development and Policy*, pp. 1-29. DOI: 10.1080/23792949.2023.2290155.
- BRASIL, J. C. (2012). Mobilidade urbana: avaliação da qualidade do transporte público por ônibus de Belo Horizonte pela população idosa com base em indicadores de qualidade. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9C4HYP>.
- CARRERA, L. (2025). The right to walkability for older citizens in age-friendly cities: “let’s move through the city” an explorative qualitative survey. *European Scientific Journal*, ESJ, v. 21, n. 42, p. 30. DOI: 10.19044/esj.2025.v21n42p30.
- CASAS, M.; LARA, C.; ESPINOSA, C. (2019). *Determinantes de género en las políticas de movilidad urbana en América Latina*. Cepal.
- CATALDI, M. (2018). ¿Cómo viajan las mujeres y hombres mayores? Envejecimiento, género y movilidad. *Territorios-Revista de Trabajo Social*, v. 2, n. 19, pp. 83-101.
- CERQUEIRA, E. D. V.; PINTO, A. M. A.; LESSA, D. A.; CARREIRA, A. C.; BORGES, J. R. (2025). Mobilidade de idosos e estrutura familiar. *Oculum Ensaios*, n. 22, pp. 1-16. DOI: 10.24220/2318-0919v22e2025a12799.
- CHE HAD, N. H.; ALAVI, K.; MD AKHIR, N.; MUHAMMAD NUR, I. R.; SHUHAIMI, M. S. Z.; FOONG, H. F. (2023). A scoping review of the factor associated with older adults’ mobility barriers. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 20, n. 5, p. 4243. DOI: 10.3390/ijerph20054243.
- CURL, A.; MUSSELWHITE, C. (ed.) (2018). Geographies of transport and ageing. *Springer International Publishing*. Imprint: Palgrave Macmillan. DOI: 10.1007/978-3-319-76360-6.
- DE SÃO JOSÉ, J.; TIMONEN, V. (2025). Age is not just a number: developing an integrative conceptual framework on age. *Journal of Aging Studies*, n. 73, p. 101331. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2025.101331>.
- DICKERSON, A. E.; MOLNAR, L. J.; BÉDARD, M.; EBY, D. W.; BERG-WEGER, M.; CHOI, M.; GRIGG, J.; HOROWITZ, A.; MEUSER, T.; MYERS, A.; O’CONNOR, M.; SILVERSTEIN, N. M. (2019). Transportation and aging: an updated research agenda to advance safe mobility among older adults transitioning from driving to non-driving. *The Gerontologist*, v. 50, n. 2, pp. 215-221. DOI: 10.1093/geront/gnx120.
- ELIAS, N. (2010). *A solidão dos moribundos: seguido de envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. Disponível em: <http://public.ebookcentral.proquest.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=3233589>.
- FENG, Z.; JONES, K.; PHILLIPS, D. R. (2019). Social exclusion, self-rated health and depression among older people in China: evidence from a national survey of older persons. *Archives of Gerontology and Geriatrics*, n. 82, pp. 238-244. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.archger.2019.02.016>.
- FERNÁNDEZ-ORTIZ, C.; MORA-VILLALOBOS, C. (2022). Envejecimiento y movilidad urbana en América Latina. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos*, v. 12, n. 2, pp. 45-62.
- FONG, A. Z.; ATIYYA SHAW, F. (2024). Well-being implications of mobility of care: Gender differences among U.S. adults. *Transportation Research Part D: Transport and Environment*, v. 129, 104109. DOI: 10.1016/j.trd.2024.104109.
- FREITAS, M. C. de; QUEIROZ, T. A.; SOUSA, J. A. V. de. (2010). O significado da velhice e da experiência de envelhecer para os idosos. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 44, n. 2, pp. 407-412. DOI: 10.1590/S0080-62342010000200024.

- FUENTES-GARCÍA, A.; SÁNCHEZ, H.; LERA, L.; CEA, X.; ALBALA, C. (2013). Desigualdades socioeconómicas en el proceso de discapacidad en una cohorte de adultos mayores de Santiago de Chile. *Gaceta Sanitaria*, v. 27, n. 3, pp. 226-232. DOI: 10.1016/j.gaceta.2012.11.005.
- GALLISTL, V.; HAHMANN, J.; HÖPPNER, G.; WANKA, A. (2024). Material gerontology – Central thematic intersections and blurring boundaries. *Journal of Aging Studies*, n. 68, 101203. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2023.101203>.
- GATICA, K. A.; ZAVALA RUBILAR, M. I.; ARIAS DIAZ, K. M. (2022). Movilidad urbana y oportunidades de mejora para la calidad de vida en personas mayores. *Rumbos TS. Un Espacio Crítico Para La Reflexión En Ciencias Sociales*, v. 28, pp. 29-59. DOI: 10.51188/rrts.num28.633.
- GOMES, G. A. O.; CINTRA, F. A.; DIOGO, M. J. D.; NERI, A. L.; GUARIENTO, M. E.; SOUSA, M. L. R. (2009). Comparação entre idosos que sofreram quedas segundo desempenho físico e número de ocorrências. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, v. 23, n. 5, pp. 430-437. DOI: 10.1590/S1413-35552009005000059.
- GORMAN, M.; JONES, S.; TURNER, J. (2019). Older people, mobility and transport in low-and middle-income countries: A review of the research. *Sustainability*, v. 11, n. 21, p. 6157.
- GUILLEMOT, J. R.; WARNER, M. E. (2023). Age-friendly cities in latin america: a human ecological framework. *Geriatrics*, v. 8, n. 3, p. 46. DOI: 10.3390/geriatrics8030046.
- HESS, D. B. (2009). Access to public transit and its influence on ridership for older adults in two US cities. *Journal of Transport and Land Use*, v. 2, n. 1, pp. 3-27.
- HOGAN, A.; O'LOUGHLIN, K.; MILLER, P.; KENDIG, H. (2009). The health impact of a hearing disability on older people in Australia. *Journal of Aging and Health*, v. 21, n. 8, pp. 1098-1111. DOI: 10.1177/0898264309347821.
- MATOS, B.; LOBO, C.; RIBEIRO, A. H.; MONTERO, C.; GUEDES, J. V. (2024). Fluxos e padrões de deslocamento de idosos no sistema de transporte coletivo da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). *Oculum Ensaios*, v. 21, pp. 1-18. DOI: 10.24220/2318-0919v21e2024a11531.
- MCGARRY, P. (2018). "Developing age-friendly policies for cities: Strategies, challenges and reflections". In: BUFFEL, T.; HANDLER, S.; PHILLIPSON, C. (ed.). *Age-friendly cities and communities*. Bristol, Policy Press, pp. 231-250. DOI: <https://doi.org/10.51952/9781447331322.ch012>.
- METZ, D. (2012). Demographic determinants of daily travel demand. *Transport Policy*, v. 21, pp. 20-25. DOI: 10.1016/j.tranpol.2012.01.007.
- _____. (2017). "Future transport technologies for an ageing society: practice and policy". In: MUSSELWHITE, C. (ed.). *Transport and sustainability*, v. 10, pp. 207-220. Emerald Publishing Limited. DOI: 10.1108/S2044-994120170000010009.
- MINTON, J.; CLARK, J. (2018). Driving segregation: Age, gender and emerging inequalities. *Geographies of Transport and Ageing*, pp. 25-50.
- MISZKURKA, M.; ZUNZUNEGUI, M. V.; LANGLOIS, É. V.; FREEMAN, E. E.; KOUANDA, S.; HADDAD, S. (2012). Gender differences in mobility disability during young, middle and older age in West African adults. *Global Public Health*, v. 7, n. 5, pp.495-508. DOI: 10.1080/17441692.2011.630676.
- MONTORO-GURICH, C.; MORENO-TAPIA, C. (2021). El impacto de las infraestructuras de movilidad vertical en la calidad de vida de las personas mayores: Pamplona como estudio de caso. *Ciudad y Territorio Estudios Territoriales*, v. 53, n. 209. DOI: 10.37230/CyTET.2021.209.06.
- MUSSELWHITE, C.; ATTARD, M. (2021). *Public transport use in later life*. Routledge, Taylor & Francis Group.
- NOH, Y.; KIM, M.; YOON, Y. (2018). Elderly pedestrian safety in a rapidly aging society, commonality and diversity between the younger-old and older-old. *Traffic Injury Prevention*, v. 19, n. 8, pp. 874-879. DOI: 10.1080/15389588.2018.1509209.

- NU. CEPAL (2022). *Envejecimiento en América Latina y el Caribe: inclusión y derechos de las personas mayores*.
- PORTER, G.; TEWODROS, A.; GORMAN, M. (2018). "Mobility, Transport and older people's well-being in sub-saharan Africa: review and prospect". In: CURL, A.; MUSSELWHITE, C. (ed.). *Geographies of Transport and Ageing*. Springer International Publishing. DOI: 10.1007/978-3-319-76360-6.
- RANTAKOKKO, M.; IWARSSON, S.; PORTEGIJS, E.; VILJANEN, A.; RANTANEN, T. (2015). Associations between environmental characteristics and life-space mobility in community-dwelling older people. *Journal of Aging and Health*, v. 27, n. 4, pp. 606-621. DOI: 10.1177/0898264314555328.
- RAVENSBERGEN, L.; NEWBOLD, K. B.; GANANN, R.; SINDING, C. (2021). 'Mobility work': older adults' experiences using public transportation. *Journal of Transport Geography*, v. 97, 103221. DOI: 10.1016/j.jtrangeo.2021.103221.
- RÉMILLARD-BOILARD, S.; BUFFEL, T.; PHILLIPSON, C. (2020). Developing age-friendly cities and communities: eleven case studies from around the world. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 1, p. 133. DOI: 10.3390/ijerph18010133.
- ROBERT, J.; PEREYRA, O.; SÁENZ-ACOSTA, H.; GOUËSET, V. (2024). Accessibility and the 'everyday mobility-work-household' triad: an exploration during the Covid-19 crisis in low-income peripheries of Lima and Bogotá. *Area Development and Policy*, pp. 1-19. DOI 10.1080/23792949.2024.2320653.
- ROSENBLUM, S. (2004). "Mobility of the elderly: good news and bad news". In: CLARKE, A. J.; USA (ed.). *Transportation in an aging society: a decade of experience; technical papers and reports from a conference*, November 7-9, 1999, Bethesda, Maryland, pp. 3-21. Transportation Research Board.
- RYAN, J.; PEREIRA, R. H. M. (2021). What are we missing when we measure accessibility? Comparing calculated and self-reported accounts among older people. *Journal of Transport Geography*, n. 93, p. 103086. DOI: 10.1016/j.jtrangeo.2021.103086.
- RYAN, J.; WRETSTRAND, A.; SCHMIDT, S. M. (2015). Exploring public transport as an element of older persons' mobility: a capability approach perspective. *Journal of Transport Geography*, v. 48, pp. 105-114. DOI: 10.1016/j.jtrangeo.2015.08.016.
- SOTO VILLAGRÁN, P.; AGUILAR ESTEVA, A.; GUTIÉRREZ FERNÁNDEZ, E.; CASTRO RESÉNDIZ, C. (2017). Evaluación de impacto del programa "Viajemos Seguras en el Transporte Público en la Ciudad de México": aportes al diseño e implementación de políticas de prevención de la violencia de género en espacios públicos. *Inter-American Development Bank*. DOI: 10.18235/0000804.
- SZETO, W. Y.; YANG, L.; WONG, R. C. P.; LI, Y. C.; WONG, S. C. (2017). Spatio-temporal travel characteristics of the elderly in an ageing society. *Travel Behaviour and Society*, v. 9, pp. 10-20. DOI: 10.1016/j.tbs.2017.07.005.
- TAVARES, D. M. dos S.; PELIZARO, P. B.; PEGORARI, M. S.; PAIVA, M. M. de; MARCHIORI, G. F. (2016). Functional disability and associated factors in urban elderly: a population-based study. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, v. 18, pp. 499-508.
- TIZNADO-AITKEN, I.; LUCAS, K.; MUÑOZ, J. C.; HURTUBIA, R. (2020). Understanding accessibility through public transport users' experiences: a mixed methods approach. *Journal of Transport Geography*, v. 88, 102857.
- UN DESA (2019). *World Population Ageing 2019*. United Nations Department of Economic and Social Affairs. DOI: 10.18356/6a8968ef-en. Disponível em: <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210045544>.
- VECCHIO, G. (2022). Ageing, therefore marginal: Demographic trends and institutional capacity in marginal Chilean municipalities. *Region*, v. 9, n. 2, pp. 67-86. DOI: 10.18335/region.v9i2.390.
- VECCHIO, G.; CASTILLO, B.; VILLEGAS, R.; ROJAS QUEZADA, C.; STEINIGER, S.; CARRASCO, J. A. (2023). Elderly walking access to street markets in Chile: an asset for food security in an unequal country. *Sustainability*, v. 15, n. 5, p. 3893. DOI: 10.3390/su15053893.

- VIANA CERQUEIRA, E.; ARDILA PINTO, A. M.; VILLAMIZAR-DUARTE, N.; ANTUNES LESSA, D.; RUIZ, C. A. (2025). Mobility practices and the social construction of urban centralities in Belo Horizonte (Brazil) and Bogotá (Colombia). *Urban Studies*, p. 00420980251362648. DOI: 10.1177/00420980251362648.
- VILLAMIZAR DUARTE, N.; ARDILA PINTO, A. M.; LÓPEZ-GARCÍA, D.; HERNÁNDEZ, D. (2025a). The 'accessibility turn' in urban research: contributions from Latin America and the Global South. *Area Development and Policy*, pp. 1-13. DOI: 10.1080/23792949.2025.2473092.
- _____. (2025b). The "accessibility turn" in urban research: contributions from Latin America and the Global South. *Area Development and Policy*, pp. 1-13. DOI: 10.1080/23792949.2025.2473092.
- VILLAMIZAR DUARTE, N.; PINTO, A. M. A.; DE GÓIS, M. P. F. (2024). "Mobility-related equity and justice: a perspective from Latin American cities". In: CIDELL, J. (ed.). *A research agenda for transport equity and mobility justice*. Edward Elgar Publishing, pp. 105-120. DOI: 10.4337/9781802201888.00015.
- VILLENA-SANCHEZ, J.; BOSCHMANN, E. E. (2022). A scoping review of the daily mobilities of older adults in the Global South. *The Canadian Geographer/Le Géographe Canadien*, v. 66, n. 1, pp. 119-131.
- VILLENA-SANCHEZ, J.; BOSCHMANN, E. E.; AVILA-FORCADA, S. (2022). Daily travel behaviors and transport mode choice of older adults in Mexico City. *Journal of Transport Geography*, v. 104, p. 103445.
- WHO (s.d.). The WHO Age-friendly cities framework, age-friendly world. Disponível em: <https://extranet.who.int/agefriendlyworld/age-friendly-cities-framework/>.
- ZANDIEH, R.; MARTINEZ, J.; FLACKE, J.; JONES, P.; van MAARSEVEEN, M. (2016). Older adults' outdoor walking: inequalities in neighbourhood safety, pedestrian infrastructure and aesthetics. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 13, n. 12. DOI: 10.3390/ijerph13121179.

Editores: Lucia Bógus e Luiz César de Queiroz Ribeiro

Organizadores deste número: Natalia Villamizar Duarte, Ana Marcela Ardila Pinto, Carlos Fernando Ferreira Lobo